

O impeachment na televisão pública: indicadores de pluralidade e diversidade¹

Bruna Santos de Almeida ANDRADE²
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, RS

RESUMO

Neste artigo buscamos compreender algumas nuances do debate público sobre o processo de impeachment através da análise de 20 matérias do telejornal Repórter Brasil Noite, da TV Brasil. Analisamos a participação das diferentes redes de comunicação no debate público sobre o processo de impeachment e, a partir disso, pretendemos verificar a pluralidade das vozes trazidas para o debate pelo telejornalismo dessa emissora. Além disso, também são analisados aqui alguns aspectos que nos permitem compreender se essas vozes refletem alguns critérios de diversidade importantes para o jornalismo na televisão pública. Nesse sentido, este trabalho se articula em torno de dois eixos centrais: comunicação pública e visibilidade e televisão pública e jornalismo.

PALAVRAS-CHAVE: Impeachment, Televisão Pública, Comunicação Pública

Introdução

A conjuntura política que desencadeou o processo de impeachment de Dilma Rousseff começou a ganhar contornos mais claros durante a eleição de 2014, em um processo marcado por reviravoltas e o acirramento das disputas políticas que envolveram toda a sociedade. Naquele ano a presidenta foi reeleita com uma diferença pequena de votos e, apesar do discurso de unificação do governo, os setores que saíram derrotados da eleição fizeram uma forte oposição desde o primeiro dia do novo mandato de Dilma. Nesse clima, em outubro de 2015 o Tribunal de Contas da União (TCU) rejeitou por unanimidade as contas do governo federal referentes a 2014. O principal argumento foi o da utilização de “pedaladas fiscais” com o adiamento de repasses aos bancos públicos para pagamento de benefícios sociais. A decisão do TCU deu origem ao processo de impeachment que culminou no afastamento definitivo da presidenta Dilma Rousseff no dia 31 de agosto de 2016.

¹Trabalho apresentado no DT 1 – Jornalismo do XVIII Congresso de Ciências da Comunicação na Região Sul, realizado de 15 a 17 de junho de 2017.

² Mestranda no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Bolsista CAPES. bruna.andrade@ufrgs.br.

O processo de impeachment da presidenta Dilma Rousseff rompeu com a normalidade da vida democrática do país. Um acontecimento dessa natureza gera um grande impacto na vida dos indivíduos e na vida em sociedade, ele tem na sua estrutura vital elementos narrativos e simbólicos que o impõem para a mídia. Dessa forma, neste artigo buscamos compreender algumas nuances do debate público sobre o processo de impeachment através da análise de 20 matérias do telejornal Repórter Brasil Noite, da TV Brasil. Analisamos a participação das diferentes redes de comunicação no debate público sobre o processo de impeachment e, a partir disso, pretendemos verificar a pluralidade das vozes trazidas para o debate pelo telejornalismo dessa emissora. Além disso, também são analisados aqui alguns aspectos que nos permitem compreender se essas vozes refletem alguns critérios de diversidade importantes para o jornalismo na televisão pública. Nesse sentido, este trabalho se articula em torno de dois eixos centrais: comunicação pública e visibilidade e televisão pública e jornalismo.

Comunicação pública e visibilidade

A noção de comunicação pública que trazemos aqui é aquela caracterizada pela sua dimensão discursiva, da comunicação que se dá entre a sociedade civil e/ou entre a sociedade civil e o Estado. Nesse sentido, Weber (2007, p.24) define a comunicação pública “como a abordagem e circulação de temas vitais à sociedade, ao Estado e à política”. E para que a comunicação pública se realize, é preciso que exista um espaço de circulação de informações e opiniões, onde os sujeitos se encontrem e produzam trocas argumentativas em torno delas.

Esteves (2011) caracteriza a comunicação pública como a dinâmica comunicacional que envolve a *publicidade*, como a publicitação de ideias, opiniões, fatos ou pessoas, ou seja, é aquela que dá visibilidade à política e aos sujeitos no espaço público; a *crítica*, como a tomada de posição sobre os diversos argumentos que foram tornados públicos, ela é o mecanismo de validação desses argumentos; e, por fim, o *debate*, que se estabelece pelo processo comunicativo de publicidade e crítica das opiniões. A

comunicação pública se estabelece, portanto, a partir da discussão argumentativa e racional em torno das opiniões tornadas públicas e tem o objetivo de gerar consensos.

Entretanto, para que a comunicação pública efetivamente se estabeleça Esteves (2011) coloca três pré-requisitos normativos: a) liberdade de participação a todos os interessados em participar do debate; b) que não haja restrição com relação aos temas que serão objeto de debate; e c) que todos os participantes tenham o mesmo status dentro do debate. Apesar deste modelo ideal, o próprio autor reconhece que, na sua dimensão factível, a comunicação pública nunca chegou a atingir plenamente essas condições.

Nesse sentido, Weber (2007) defende que a capacidade de repercussão dos temas em debate depende da disputa de versões entre redes de comunicação que se conformam a partir de interesses similares e também é proporcional ao interesse dessas redes nos temas em discussão. De acordo com a autora, a comunicação pública é desencadeada no momento em que uma rede de comunicação se manifesta em torno de um tema de interesse público (transitório, como o processo de impeachment ocorrido em 2016, ou permanente, como o direito à educação), provocando as demais redes a também manifestarem-se. Na proposta de Weber (2007, p. 26), os debates públicos se articulam na dinâmica comunicacional entre sete redes de comunicação: *rede de Comunicação Social*, formada por populares, sindicatos, movimentos sociais, movimentos estudantis, etc.; a *rede de Comunicação Política*, composta aqui por representantes do Legislativo e do Executivo Federal e políticos sem mandato; a *rede de Comunicação do Judiciário*, formada pelo Judiciário Federal, advogados e juristas; a *rede de Comunicação Científica e Educacional*, da qual fazem parte institutos de pesquisa; a *rede de Comunicação Mercadológica*, formada pelas entidades empresariais; a *rede de Comunicação Religiosa*, representada aqui pelos líderes de religiões e crenças; e os *Sistemas de Comunicação Midiática*, aqui representadas por comentaristas e veículos de comunicação (WEBER, 2007, p. 26).

Considerando que vivemos em uma sociedade cada vez mais midiaticizada, ou seja, sob uma ordem de mediações sociais que se dão a partir da mídia, ela perpassa todas as dimensões da vida em sociedade, modificando as relações sociais em todos os âmbitos.

Inclusive as práticas de comunicação pública. Assim, a questão da visibilidade dos debates e dos atores sociais faz-se importante dentro da discussão aqui proposta. Para Weber (2007) os meios de comunicação de massa são espaços privilegiados de visibilidade, tornando-se, por esse motivo, objetos de investimento por parte dos sujeitos políticos.

No entanto, a visibilidade não garante que os temas de fato entrem na agenda de debate público (MAIA, 2002), mas ela tem o potencial de gerar discussão em torno dos temas visibilizados, dar visibilidade a discussões que, caso contrário, ocorreriam apenas no âmbito privado e fornecer um canal de entrada para debates com pouca visibilidade social, mas que sejam eficazes em alguma medida (GOMES, 2007, p. 11). Dessa forma, a visibilidade midiática tem potencialidades absolutamente democráticas no sentido de contribuir para o debate público: “a visibilidade midiática é importante não como um fim em si, mas na medida em que incita um processo de interação e interlocução entre os atores sociais, contribuindo para a instauração do debate público na sociedade” (MAIA, 2002, p. 13).

Todavia, apesar do potencial democrático do “regime de visibilidade”, os media ao mesmo tempo atuam com a sua antítese: “ocultamento, aparamento e opacidade. Nesse sentido, a mídia hibridiza visibilidade-opacidade e torna (in)visível o mundo, borra as imagens e parcializa a totalidade” (WEBER, 2006, p. 123). E o grau de visibilidade e ocultação é determinado, sim, por critérios de noticiabilidade e de interesse público, mas também por interesses não públicos oriundos da política, da economia, etc. (WEBER, 2007).

Nesse sentido, como argumenta Borges (2015, p. 34), o que impede a realização do potencial democrático dos media “é a sobreposição dos interesses privados dos atores sociais que detêm o poder sobre o estado e sobre os sistemas midiáticos, em detrimento do interesse público”. Por esse motivo, os meios de comunicação públicos se colocam como verdadeiras alternativas para que a comunicação pública se estabeleça no interior das sociedades democráticas. Como veremos, ao menos idealmente espera-se que esses veículos possam atuar sob uma base de interesses estritamente públicos e incluindo toda a

sociedade nos debates sobre os temas de interesse público que caracterizam a comunicação pública.

Televisão pública e jornalismo

A televisão é atualmente um importante instrumento na geração de conversa social. Entretanto, quando não está voltada para o interesse público, ela “suplanta a participação cidadã” e torna-se o lugar “onde o espetáculo maquia o debate político, até dissolvê-lo” (BARBERO, 2002, p. 44). Nesse cenário, onde a esfera pública eletrônica privatizada não atende aos interesses e às demandas da cidadania e do debate público, uma outra televisão se destaca como alternativa: a televisão pública, definida por Rincón (2002, p. 28) como aquela que “privilegia o caráter público desse meio para superar a sua visão comercial e ganhar sua densidade como cidadã; a que nos relata como nos tornamos coletivo social”.

Apesar de não ser um modelo novo, existem diferentes entendimentos sobre o caracteriza as emissoras públicas de radiodifusão, também persistindo algumas tensões na fronteira entre governamental e pública. Nesse sentido, Bucci (2010) situa três pré-requisitos para que uma emissora seja efetivamente pública. Esses critérios dizem respeito à natureza jurídica (não deve ser privada), ao financiamento (financiamento público por meio de taxas ou repasses orçamentários, desde que não gerem pressões editoriais) e à gestão (autônoma e com participação de conselhos de membros da sociedade civil). Além disso, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) acrescentam como pré-requisitos para uma emissora pública: independência editorial; pluralidade, diversidade e imparcialidade da programação; mandato de serviço público, expresso em documentos legais; e a prestação de contas junto ao público e aos órgãos reguladores independentes. A partir desses requisitos, as emissoras públicas têm a missão de tornar o espaço público midiático menos vulnerável a pressões de poderes econômicos e governamentais e mais democrático e inclusivo (BUCCI, 2010).

Nesse sentido, o jornalismo praticado nas emissoras públicas deve prezar pelos mesmos valores, uma vez que os noticiários são o espaço onde os temas de interesse público mais atuais são apresentados e debatidos. A missão do jornalismo aqui é a de

manter os cidadãos informados sobre os mais diversos aspectos e argumentos existentes em torno desses temas para que possam tomar posição nos debates. Mas, ao mesmo tempo, também é a de dar visibilidade à diversidade de atores e opiniões para que possam colocar-se na discussão de forma a garantir a pluralidade do debate público. Pois, como aponta Becker (2008, p. 362), “os enunciados dos telejornais têm a função de permitir que aquilo que se diz exista, e, por outro lado, dizer o que não existe”. Por esse motivo, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012, p. 29) entendem que as emissoras públicas devem atuar, antes de tudo, como “órgãos de imprensa”, pois “cuidam de levar informação ao grande público, promovendo, às vezes com êxito, outras com distorções, o debate de ideias”.

Citando Maia (2008), Miola (2012, p. 131) destaca que os meios de comunicação de massa tendem a “reproduzir as assimetrias de poder existentes na sociedade”. Um dos motivos dessa reprodução é o fato de que as fontes jornalísticas são escolhidas pelo valor que lhes é socialmente atribuído, e os cidadãos não estão entre as fontes mais prestigiadas pelos jornalistas nas suas rotinas produtivas. Por isso, o jornalismo das emissoras públicas, pautado por outros valores, de promoção da cidadania e da democracia, deve trabalhar justamente para desconstruir essas assimetrias que maculam o debate de ideias, uma vez que este pressupõe o acesso de todos em condições iguais.

Dessa forma, Bucci, Chiaretti e Fiorini (2012) apontam algumas características que são esperadas do jornalismo nas emissoras públicas para que elas possam cumprir a sua missão com a cidadania. De acordo com os autores, esse jornalismo deve apresentar reportagens de diversas regiões e cidades, atingindo toda a área geográfica coberta pela emissora; também deve ter representados os diferentes pontos de vista sobre os temas em questão, de modo que as fontes consultadas reflitam a diversidade social e qualifiquem o debate de ideias; e, sobretudo, deve ter os cidadãos como protagonistas das notícias e coberturas.

Oliveira Filho e Coutinho (2015) desenvolveram indicadores de qualidade próprios para o jornalismo na televisão pública. No que tange ao debate público o eixo relativo à

“pluralidade, diversidade e regionalismo” nos interessa especialmente. Nesse eixo, os autores preocupam-se em saber se:

- A reportagem mostra grupos ou pessoas que são excluídas da mídia tradicional?
- Há contraponto de ideias? - Pessoas com diferentes visões são ouvidas? - É perceptível a presença da diversidade étnica, racial, religiosa, sexual ou regional na matéria? - O assunto é abordado em diferentes regiões do país? (OLIVEIRA FILHO, COUTINHO, 2015, p. 14).

Além disso, o *Manual de Jornalismo da EBC* também traz importantes contribuições para pensarmos o jornalismo, não apenas nas emissoras dessa empresa pública, mas de forma geral. Nesse manual, o jornalismo é entendido como um “serviço público”, sem o qual “a sociedade de uma nação, de um território ou de uma localidade não consegue exercer seus direitos de cidadania, pois os cidadãos e cidadãs não teriam meios de estar em todos os lugares e saber tudo que acontece de relevante e importante para as relações sociais” (EBC, 2013, p. 7). Por essa razão, o jornalismo da EBC deve colocar-se a serviço do interesse público e do direito dos cidadãos à informação, à comunicação plural e diversificada e à liberdade de pensamento e opinião.

Além disso, o *Manual* também traz princípios e objetivos específicos para o jornalismo. Os princípios do jornalismo expressos no manual seguem a direção de comprometimento com a cidadania: “fomento à construção da cidadania, ao aperfeiçoamento da democracia e à participação da sociedade” (EBC, 2013, p. 23). Entre os objetivos, no que tange a este artigo, se destacam o discernimento (“contribuir para o desenvolvimento da consciência crítica do cidadão, por meio da oferta de informação qualificada e contextualizada”); o debate público (“fornecer espaços e meios para o debate público acerca de temas de relevância local, regional, nacional e internacional, assegurada a expressão de ideias, opiniões e pontos de vista divergentes”); e a inclusão (“apoiar processos de inclusão social e socialização da produção de conhecimento, garantindo espaços para exibição de produções regionais e independentes”) (EBC, 2013, p. 23-24).

Desenho metodológico

Neste artigo analisamos duas edições do principal telejornal da emissora pública TV Brasil, o Repórter Brasil Noite. À época das edições, o noticiário ia ao ar de segunda-feira à sábado, com duração de 40 minutos. Analisamos aqui as edições do dia 18 de abril de 2016 e do dia 12 de maio de 2016, por serem as edições seguintes às votações de abertura do processo da Câmara do Deputados e no Senado Federal, respectivamente.

A metodologia aplicada a esta pesquisa abrange é a análise de conteúdo, como método para exame do material empírico, e as informações foram classificadas pelos seguintes critérios: Título/Tema – a partir dos títulos as matérias foram classificadas nos temas política institucional ou política na sociedade civil; Tipo de fala – classificado se a pessoa fala ou tem fala citada; Voz – quem fala ou tem fala citada; Tempo de fala ; Local – cidade onde a fonte que fala estava; Faixa etária – aqui utilizamos 6 categorias: criança (até 12 anos), adolescente (entre 12 até 20 anos), jovem adulto (de 20 a 35 anos), adulto (de 35 a 50 anos), adulto maduro (de 50 a 65 anos) e idoso (65 anos ou mais); Cor da pele – branca, preta, parda, amarela e indígena e Sexo – homem ou mulher. Após a categorização, as vozes foram classificadas de acordo com a proposta das redes de comunicação de Weber (2007).

Impeachment e jornalismo na televisão pública

Considerando as discussões conceituais realizadas até agora e a partir dos procedimentos metodológicos apresentados, chegamos inicialmente aos dados sobre as vinte matérias que compõem as duas edições do Repórter Brasil Noite que fazem parte da amostra deste artigo e que serão agora apresentados e analisados.

O primeiro gráfico traz a proporção entre *temas* da política institucional e da política na sociedade civil. Podemos notar que, apesar das mobilizações ocorridas tanto no dia da votação na Câmara dos Deputados, quanto no dia da votação no Senado Federal, e das diversas manifestações que os resultados das votações provocaram por parte de atores dos mais diversos setores da sociedade civil, a cobertura do Repórter Brasil Noite, nessas duas edições, ficou bastante centrada nos assuntos relativos à política institucional. Nesses

dois dias, o telejornal esteve focado em repercutir a tramitação do processo de Impeachment no Parlamento e também nos desdobramentos institucionais desse processo.

Gráfico 1

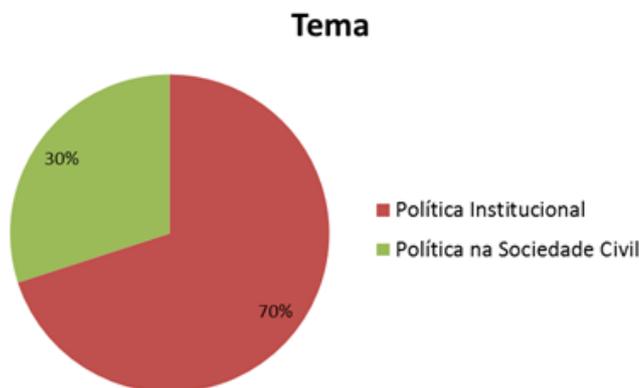
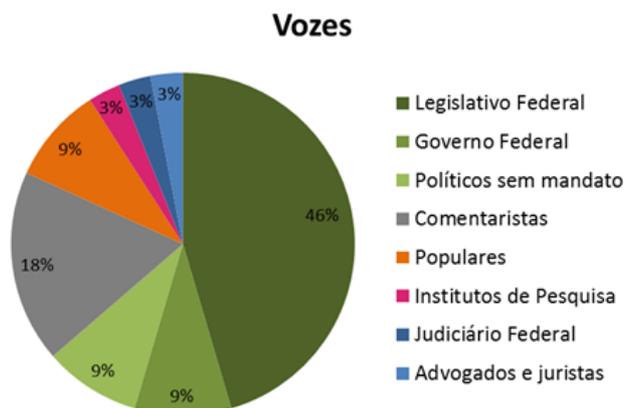


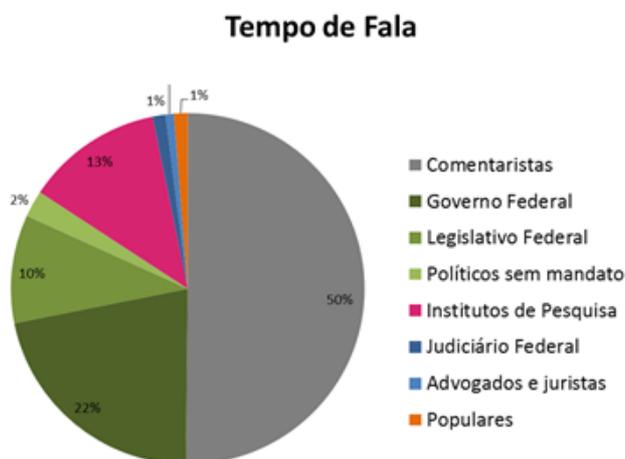
Gráfico 2



Refletindo as escolhas editoriais evidenciadas no Gráfico 1, as *vozes* que aparecem com maior frequência nesses dois dias são justamente aquelas relacionadas à política institucional, como membros do Legislativo e do Executivo Federal e também políticos sem mandato (Gráfico 2). Dessa forma, a rede de Comunicação Política representou 64% dos entrevistados. Em seguida, a rede de comunicação mais presente são os Sistemas de Comunicação Midiática, com 18% dos entrevistados e rede de Comunicação Social, com 9%. Sobre esses dois primeiros aspectos analisados, há que se considerar que o processo de impeachment é um tema da política institucional e que é desencadeado pela rede de Comunicação Política, nesse sentido, é esperada uma cobertura mais voltada para esse âmbito da política e com proeminências das vozes ligadas a ele. No entanto, há um desequilíbrio evidente, especialmente no que se refere às vozes. Nesse aspecto, o que

vemos é a emissora pública replicando as “assimetrias de poder” referidas por Maia (2008) ao cederem maior espaço a atores que já têm maior espaço na esfera de visibilidade midiática.

Gráfico 3

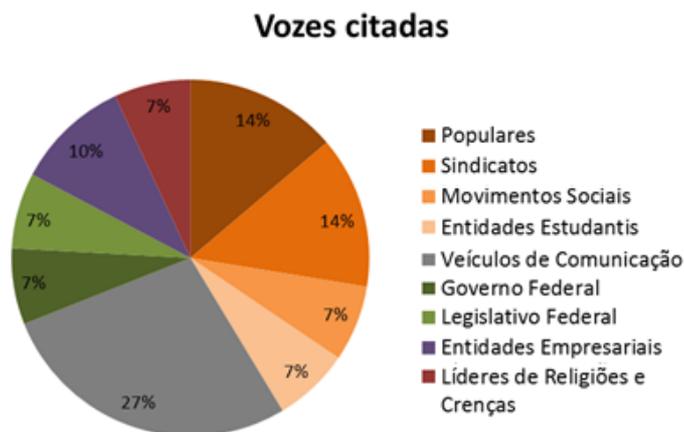


Nesse sentido, consideramos também a variável *tempo de fala*, uma das mais importantes para demonstrar os diferentes níveis de participação das redes. Nesse aspecto, foram as vozes ligadas aos Sistemas de Comunicação Midiática que obtiveram maior tempo de fala (50%), seguidas pela rede de Comunicação Política, que obteve 34% do tempo (Gráfico 3). Em relação ao que destacamos no parágrafo anterior sobre as desigualdades a participação, a rede de Comunicação Social obteve a menor participação entre as redes e não ocupou mais do que 1% do tempo de fala das duas edições analisadas nesta segunda amostra. Além disso, a participação dessa rede ficou limitada a uma única matéria, onde três populares foram entrevistados em um fala-povo. O fato de serem os comentaristas os que tiveram mais tempo de fala também chama a atenção aqui, pois são atores da própria mídia os que têm o maior espaço de argumentação, colocando a própria emissora pública não apenas como mediadora, mas como importante ator nesse debate público.

Já nas vozes citadas, é a rede com menor tempo de fala a que aparece com mais falas citadas (Gráfico 4). Aqui foram trazidas especialmente posições e comentários de organizações da sociedade civil a respeito do processo de impeachment. Em seguida, os

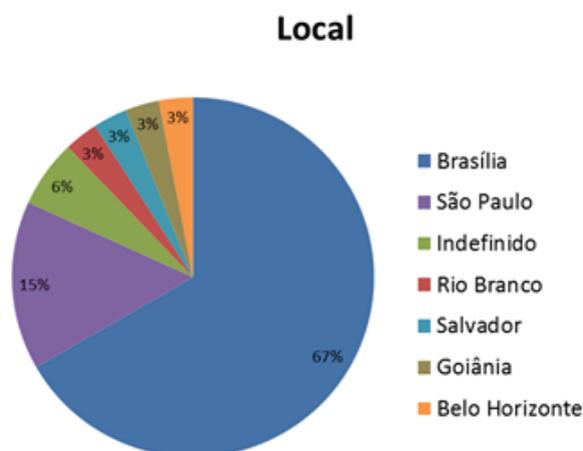
veículos de comunicação internacionais também aparecem com destaque. Apesar de não demonstrarem propriamente os tempos de fala, essa categorização não deixa de ser importante, uma vez que as falas citadas permitem que as redes ao menos se posicionem sobre o tema. Mesmo assim, esse tipo de participação não confere aos que têm falas citadas o mesmo *status* no debate público daqueles que efetivamente têm voz no telejornal.

Gráfico 4



Além da pluralidade de vozes, também é importante que as emissoras públicas prezem pela diversidade das vozes evidenciadas na sua programação, especialmente no telejornalismo. Dessa forma, os gráficos a seguir nos trazem indicativos quanto a diversidade regional, etária, étnica e de gênero.

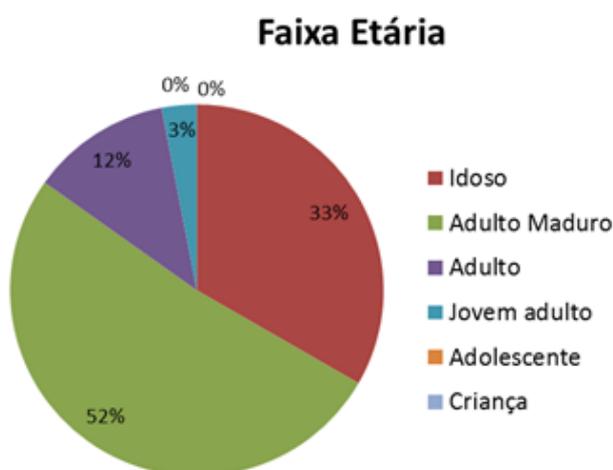
Gráfico 5



O primeiro indicador de diversidade que analisamos aqui é o *local* (Gráfico 5). Consideramos que houve pouca diversidade regional na abordagem do tema. Além do

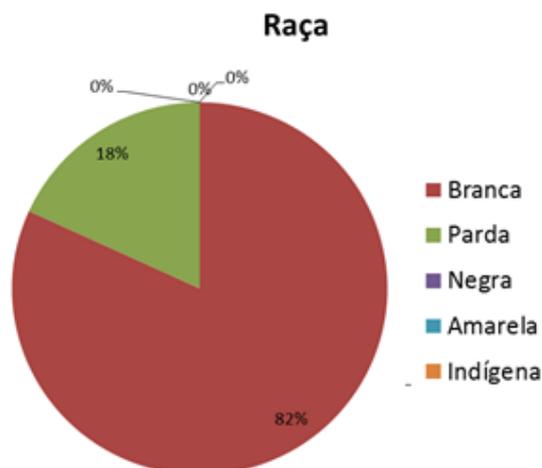
Distrito Federal, de onde falaram 67% dos entrevistados, apenas outros seis estados apareceram nas edições analisadas. O debate sobre o processo de impeachment mobilizou cidades no país inteiro, portanto, a pouca diversidade aqui negligencia as especificidades da discussão desse temas nas diversas regiões do país. É importante destacarmos, nesse sentido, que a diversidade regional não é apenas uma questão geográfica, mas também cultural.

Gráfico 6



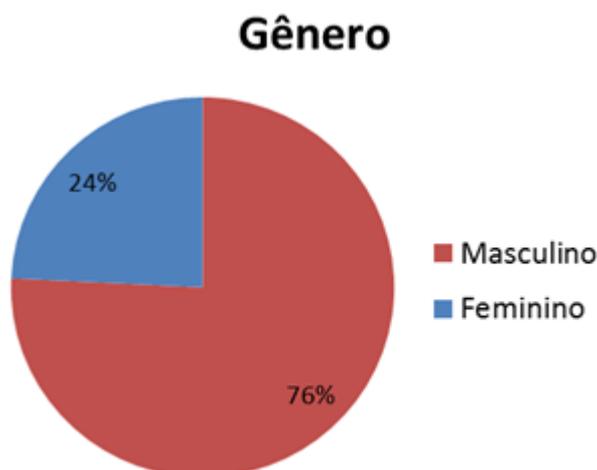
Outro parâmetro analisado foi a *faixa etária* dos indivíduos. Aqui também nota-se pouca diversidade, especialmente se compararmos aos números da população brasileira. De acordo com os dados do censo de 2010 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) a população com mais de 50 anos é de 20,6%. Já na cobertura do Repórter Brasil Noite, como mostra o Gráfico 6, aproximadamente 85% das pessoas ouvidas está nas faixas etárias adulto maduro (50 a 65 anos) e idoso (acima de 65 anos). Além disso, jovens de até 20 anos não tiveram qualquer representação e os jovens adultos (de 20 a 35 anos) representaram apenas 3% dos entrevistados. A pouca participação de jovens vai na contramão do que tem se visto nos movimentos políticos contemporâneos, onde são justamente eles os maiores protagonistas, mas que, no debate sobre o processo de impeachment nas edições analisadas, quase não foram notados.

Gráfico 7



No critério *cor da pele* também não houve diversidade e a amostra analisada revelou-se bastante diferente da realidade brasileira. Mais da metade (52%) da população do Brasil não é branca. No entanto, na amostra analisada, 82% dos que falaram eram brancos e 18% pardos (Gráfico 7). Ou seja, além de termos uma sobre-representação da população branca, negros, amarelos e indígenas não apareceram nas edições analisadas.

Gráfico 8



O último gráfico (8) nos apresenta a relação entre homens e mulheres entre os entrevistados da amostra. Notemos que 76% das pessoas que falaram nas duas edições eram do sexo masculino, enquanto 24% eram do sexo feminino (Gráfico 8). Também nesse critério a amostra se difere da população brasileira. No último censo, as mulheres representavam a maior parte da população, em torno de 51% dos brasileiros.

No que tange ao apresentado nos gráficos 5, 6, 7 e 8, entendemos que a pouca diversidade encontrada nessas vozes é reflexo também das escolhas editoriais que ficaram evidenciadas nos gráficos 1, 2 e 3. A centralidade da política institucional e das vozes ligadas à rede de Comunicação Política concentrou mais da metade das matérias em Brasília. Já a falta de diversidade em faixa etária, cor da pele e sexo reflete o padrão dos grupos pertencentes à essa rede. No Parlamento, por exemplo, após a eleição de 2014, a idade média dos parlamentares é de 51 anos e somente 4,3% deles têm menos de 29 anos. Quanto à cor da pele não temos nenhum parlamentar que se autodeclare indígena ou amarelo, e pretos e pardos somados não chegam a 21%. A desigualdade de representação também é grande quanto ao sexo: as mulheres ocupam apenas 10,37% das cadeiras do Parlamento. Isso não quer dizer que, mesmo nesse cenário, o Repórter Brasil Noite não pudesse buscar vozes mais diversas.

Considerações finais

Consideramos que o telejornalismo da emissora pública TV Brasil precisa aprofundar o seu trabalho no sentido de que o seu jornalismo desconstrua as “assimetrias de poder”, ao invés de reproduzi-las. Nesse sentido, conforme destacamos anteriormente, as vozes da rede de Comunicação Social (aquela por onde os sujeitos da sociedade civil podem se fazer ouvir) têm uma participação bastante desequilibrada em relação, especialmente, aqueles sujeitos relacionados ao poder político estabelecido. Essa reprodução das assimetrias se dá tanto no número de vozes relacionadas à rede de Comunicação Social, quanto no tempo de fala desses sujeitos.

A inclusão daqueles que não têm voz nas emissoras de interesse comercial deve ser a grande missão da televisão pública, mas são justamente os grupos mais negligenciados naquelas emissoras os que são novamente esquecidos por essa. No entanto, presença esporádica de alguns grupos não significa diversidade. A diversidade se constrói quando a participação dos diversos grupos na esfera pública midiática reflete a realidade da população e dá a eles oportunidade de realmente intervir na comunicação pública e na vida pública. Não queremos dizer aqui que os entrevistados na televisão pública devam refletir fielmente dados censitários, mas que esta deve evitar desvios que ocasionem a sub-

representação de grupos sociais. No entanto, jovens, pretos e pardos e mulheres são minoria entre as vozes presentes no debate sobre o processo de impeachment.

Dessa forma, consideramos que o telejornalismo evidenciado na amostra analisada apresentou falhas no que tange à pluralidade das vozes, concedendo maior espaço especialmente aos que já possuem maior poder político e melhores ferramentas de acesso aos meios de comunicação de massa a fim de obterem visibilidade para si e/ou para seus argumentos. Assim, o espaço que tem a potencialidade de promover o debate público igualitário, não corresponde ao que se coloca como expectativa para uma emissora pública. O que também ocorre quanto a diversidade, que é reiterada pelos autores trabalhados aqui como um valor importante a ser observado pelo jornalismo praticado em emissoras públicas.

REFERÊNCIAS

- BARBERO, Jesús Martín. Televisão Pública, televisão Cultural: entre a renovação e a invenção. In: RINCÓN, Omar et al (Org.). Televisão Pública: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002. p. 41-79.
- BECKER, Beatriz. Diversidade e Pluralidade: Desafios da Produção de um telejornalismo de qualidade. In: BORGES, Gabriela; REIA-BAPTISTA, Vitor. Discursos e Práticas de Qualidade na Televisão. Lisboa: Novos Horizontes, 2008. p. 357-367.
- BORGES, Tiago Gautier Ferreira. Entre o Espetáculo e o Debate Público: Enquadramentos sobre as manifestações de junho de 2013 no Jornal Nacional e no Repórter Brasil. 2015. 203 f.
- BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão pública no Brasil? Novos Estudos, São Paulo, n. 88, p.5-18, dez. 2010.
- BUCCI, Eugênio; CHIARETTI, Marco; FIORINI, Ana Maria. Indicadores de Qualidade nas Emissoras Pública: Uma avaliação contemporânea. Brasília: Unesco, 2012. 35 p.
- EBC. Manual de Jornalismo da EBC. Brasília: EBC, 2013.
- ESTEVES, João Pissarra. Sociologia da Comunicação. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- GOMES, Wilson. PUBLICIDADE, VISIBILIDADE, DISCUTIBILIDADE: Para uma revisão do conceito de esfera pública política. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 16, 2007, Curitiba. Anais... Curitiba: Compós, 2007. p. 1 - 15.
- MAIA, Rousiley C. M.. Dos dilemas da visibilidade midiática para a deliberação pública. In: CONGRESSO ANUAL EM CIÊNCIA DA COMUNICAÇÃO, 25, 2002, Salvador. Anais... Salvador: Intercom, 2002. p. 1 - 19.
- MIOLA, Edna. Sistema deliberativo e tensões entre interesses públicos e privados: a criação da Empresa Brasil de Comunicação em debate no congresso e na imprensa. 2012. 294 f. RINCÓN, Omar. Introdução. In: RINCÓN, Omar. Televisão pública: do consumidor ao cidadão. São Paulo: Friedrich Ebert Stiftung, 2002. p. 13-40.
- OLIVEIRA FILHO, José da Tarcísio da Silva; COUTINHO, Iluska. A TV Pública e a Busca por Métodos de Verificação da Qualidade. Intercom, 2015. p. 1 - 15.
- WEBER, Maria Helena. Na comunicação pública, a captura do voto. Logos: Mídia e Democracia, Rio de Janeiro, v. 2, n. 27, p.21-42, jul. 2007. Semestral.